

Exmo. Sr, Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro,

Exmo Sr. Presidente da Câmara de Aveiro,

Senhores senhoras vereadoras

Senhores e senhoras Deputadas,

Restantes presentes,

Aveiro afirmou-se como terra da liberdade. Por aqui estiveram os grandes congressos que reuniram opositores à ditadura fascista.

Hoje lembramos e revivemos o dia que mudou tudo. Derrubava-se um regime facínora e nascia a Democracia, nascia o poder do Povo. O país vivia sob o jugo da ditadura há quase meio século, mas aprendeu da noite para o dia todas as palavras proibidas. Democracia, greve, paz, socialismo, liberdade.

Uma Liberdade que hoje, tal como há 47 anos, se definirá pela ausência de injustiças: social, racial, ambiental, de identidade, de sexualidade, de género.

No tempo em que o cinzento era o dia, que marcava o destino de todos e de todas do nascimento até à morte, sem saúde, sem educação, sem pão, sem habitação, sem nenhuma perspetiva da sua vida poder ser diferente da de quem os antecedia e de quem lhes sucedia. A muito poucos estavam reservados privilégios a que hoje chamamos direitos.

Um regime, fascista, intrinsecamente corrupto, cuja cúpula decidia quem seria rico ou muito rico, a quem entregava discricionariamente, os setores estratégicos, a indústria e tudo que envolvesse fazer muito dinheiro.

O sistema era assim, na sua génese, socialmente assimétrico, corrupto, favorável a uma elite a que tudo tinha acesso e a quem se exigia nada exceto a reverência a um regime fascista.

Qualquer tentativa insurgente, contra esta realidade, estava reservada a perseguição, o encarceramento, a tortura, a morte.

Chegou Abril e com ele um projeto de sociedade que perante direitos não distinguiu pobre de rico, cigano de branco, estrangeiro de nativo, mulher de homem, trans de cis, homo de heterossexual. Uma sociedade baseada na solidariedade, concretizada numa saúde universal, numa educação para todos e todas, numa habitação como direito, trabalho com salário condigno. Um projeto lindo com 45 anos que se chama Constituição e que apesar de todos os atropelos continua a ser o garante do que pode e tem de ser feito para sermos uma sociedade mais justa, mais igualitária.

E é apesar dela e não com ela que ainda persiste desses tempos, que apenas são lembrados para que nunca mais a eles voltemos, esse legado a que chamamos corrupção.

Herança dum tempo que já não é o nosso, ainda que alguns poucochinhas tentem que assim não seja. Por isso é com alarme que se vê agora uma direita tradicional, que tantas conquistas sociais travou, e que agora se mostra disposta a voltar ao cinzento do 24 de abril, em nome de uma suposta sobrevivência eleitoral.

Herança que cabe a nós no presente e futuro erradicar para que não ponha em causa o nosso bem comum mais precioso, e, portanto, tão passível de ser erodida, a nossa Democracia.

O país exige uma resposta qualificada no combate à corrupção.

Há um debate político que temos de fazer sobre se a Justiça tem meios suficientes para fazer investigação de crime complexo, de crime económico. O combate à corrupção exige meios, leis e transparência. É uma necessidade imperiosa, pois a vida mostra que os crimes de corrupção são cada vez mais elaborados e fazem uso dos recursos que a globalização lhes colocou ao dispor, como os offshore que ainda tantos insistem em proteger.

E uma pedra fundamental no combate à corrupção é a criminalização do enriquecimento ilícito. Não é aceitável, em democracia. Precisamos melhorar a lei.

Casos recentes vieram demonstrar, no meio de uma crise do processo penal gravíssima no país, que continua a faltar legislação fundamental que os grandes partidos são incapazes de produzir, para além da falta de meios ao serviço da investigação, ou mesmo simplesmente para peritar o património de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

Precisamos de mais transparência. É possível fazer mais no combate às portas giratórias, regimes de incompatibilidades ou impedimentos: acabar de vez com a promiscuidade entre público e privado.

O exercício de cargos públicos e os partidos são pilares da democracia. Devem servir o interesse público e não minar as bases do nosso sistema democrático com corrupção ou com grupos de assalto ao poder pelo poder.

Aveiro é hoje um concelho aberto ao mundo, multicultural e livre. E é esse o caminho que queremos afirmar para Aveiro e para o país. Uma terra livre, com espaço para todos e todas.

O 25 de abril diz-nos há 47 anos que há um lado certo da História que é onde temos de estar. O 25 de abril trouxe-nos tanto. É tempo de aprofundar esse caminho e garantir paz, o pão, habitação, saúde, educação.

Rita Batista / Bloco de Esquerda
Sessão solene do 25 de Abril (2021)